

14/5/98  
384  
OG lobo  
10

# Exército entra em ação no Sul do Pará

Militares poderão fazer reconhecimento em aviões da Força Aérea Brasileira

Leandro Fortes

*Enviado especial*

• BRASÍLIA. Todas as ações federais e estaduais realizadas no sul do Pará passaram a ser, desde ontem, coordenadas pelo Exército. O general Edson de Sá Rocha, comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (BIS) de Marabá, anunciou que o Exército irá dar apoio logístico para a Polícia Militar retirar trabalhadores sem-terra de áreas ocupadas — mas que não irá participar diretamente da desocupação. A decisão coloca as Forças Armadas, pela primeira vez, no meio dos conflitos da maior e mais violenta área de tensão agrária do país. Segundo Sá Rocha, já nomeado coordenador dessas operações na região, o papel fundamental do Exército será o de evitar que novas invasões sejam feitas, uma forma, segundo ele, de pacificar a região. O general informou que esse apoio poderá incluir ações de reconhecimento aéreo feito por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), além de fechamento de estradas, fornecimento de suprimentos e auxílio na área de telecomunicações.

O general presidiu ontem a primeira reunião do grupo de representantes dos órgãos federais (In-cra, Ibama, Funai e Polícia Federal) e do governo paraense. O ponto central da discussão foi o relatório, apresentado pela PF, acusando o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de estar planejando invadir a Floresta Nacional do Carajás, uma área de 411 mil hecta-

res no chamado Cinturão Verde do sul do Pará. Segundo informações da Polícia Federal, o MST está invadindo fazendas próximas à região de modo a preparar, como ato final, a ocupação da floresta — hoje uma área explorada exclusivamente pela Companhia Vale do Rio Doce, graças a uma autorização do governo federal. O MST nega a intenção de invadir a floresta e acusa o governo de estar usando esse tese para, na verdade, garantir os interesses dos fazendeiros na região.

— O que sabemos é que há uma possibilidade de invasão do Cinturão Verde. É possível, mas não chega a ser iminente — declarou o comandante da 23ª BIS.

Na reunião de ontem, ficou acertado que cada um dos órgãos envolvidos irá apresentar um planejamento próprio para os próximos seis meses. A partir desses planejamentos, explicou o general Sá Rocha, o governo federal estudará uma suplementação orçamentária a ser, provavelmente, controlada pelo Exército. Tam-

bém ficará nas mãos dos militares a centralização das informações passadas pelos órgãos federais e estaduais sobre o sul do Pará — uma novidade que, segundo ele, vai permitir uma avaliação geral dos problemas da região. Ele fez questão de repetir, no entanto, que o Exército não irá interferir na autonomia dos outros participantes das operações.

— Historicamente, sempre que o Exército participou de ações no sul do Pará, não houve violência — disse o general Sá Rocha. ■